



**Cidade de
São José dos Campos
Câmara Municipal**

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

ANALISTA LEGISLATIVO – ADVOGADO (DIREITO PÚBLICO)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **09**.

A poderosa indústria da informação deve perceber, a qualquer momento, que entregou às redes sociais o seu potencial de irradiação e seu poder político. O início da Era Virtual coincidiu com o desabamento das ideologias que fomentavam a organização política de nações. As utopias que inspiravam os projetos coletivos foram aos poucos substituídas pela ênfase aos direitos do indivíduo. A internet materializou-se no momento em que o culto à individualidade chegava ao ápice.

As antigas redes sociais eram, até há poucos anos, as audiências da grande mídia. A situação reverteu-se: hoje a grande mídia está a reboque do imponderável. A internet criou o fluxo contínuo do noticiário, tornou-o obrigatório, é a sua força. A qualquer hora do dia sabe-se o que acontece em qualquer parte do mundo. É também sua fraqueza: difícil avaliar a dimensão e implicações dos milhões de itens noticiados em simultâneo.

O jorro informativo sem os intervalos para avaliação – fim do dia, da semana, do mês – perde o sentido e a contundência. Jornais e revistas sobreviveram ao longo de quatro séculos porque souberam acompanhar o movimento da informação. Aprenderam a deter-se em intervalos regulares para oferecer a súpula, a costura e eventuais arremates, antes da nova irrupção. A obsessão pela instantaneidade sem o contrapeso da consistência e acrescida de uma tremenda carga de frivolidades pode anular as vantagens da mídia digital.

O público jovem, que com ela se alimenta avidamente, um dia deixará de ser jovem. As dificuldades políticas, econômicas e ambientais, que se prenunciam, tornarão o jovem mais exigente. O bumerangue da urgência pode forçar a volta de algumas antiquilhas, joias “retrô”. Uma delas, o venerando jornalismo de qualidade.

(Alberto Dines. *Revista de Jornalismo*. ESPM, maio de 2012. Adaptado)

01. Lendo-se o texto, conclui-se que o autor

- (A) manifesta-se favorável à contribuição que a mídia digital trará ao jornalismo.
- (B) admite que o jornalismo sobreviveu por causa do engajamento ideológico.
- (C) aprova a atualização e o fluxo contínuos do noticiário em todos os lugares.
- (D) insinua a possibilidade de se retomarem modelos qualitativos de jornalismo.
- (E) acredita que a mídia digital será capaz de enriquecer a indústria da informação.

02. Da leitura do primeiro parágrafo depreende-se:

- (A) o fim das utopias contribui para o enfraquecimento da internet.
- (B) a internet acelerou a implantação de projetos coletivos.
- (C) as utopias interferem na consolidação dos direitos humanos.
- (D) o advento da internet coincide com o apogeu do individualismo.
- (E) a organização política das nações ganha impulso na Era Virtual.

03. Eliminando-se os dois-pontos em – A situação reverteu-se: hoje a grande mídia está a reboque do imponderável. (2.º parágrafo) – a frase assume versão correta, quanto ao sentido, em

- (A) A situação reverteu-se e a grande mídia está atrelada ao imprevisível.
- (B) A situação reverteu-se, entretanto, a grande mídia está nos limites do inaceitável.
- (C) A situação reverteu-se, porém, a grande mídia confronta-se com o insuperável.
- (D) A situação reverteu-se, o que levou a grande mídia a optar pelo descartável.
- (E) A situação reverteu-se, portanto, a grande mídia articula-se em torno do adaptável.

04. De acordo com o terceiro parágrafo, jornais e revistas aprenderam a

- (A) condensar a informação antes de apresentar novos conteúdos.
- (B) evitar a concorrência com outros tipos de mídia.
- (C) defender projetos políticos de notável relevância social.
- (D) noticiar fatos cotidianos, de interesse e de aprovação do leitor.
- (E) manipular os avanços propiciados pela tecnologia digital.

05. Na frase do último parágrafo – O bumerangue da urgência pode forçar a volta de algumas antiquilhas, joias “retrô”. – observa-se expressão de sentido figurado, o que ocorre também em:

- (A) Jornais e revistas noticiaram assuntos mais interessantes que os dos livros.
- (B) Na história da comunicação, o uso das novas tecnologias resultou sempre de experimentações.
- (C) Em função de uma profunda transformação nesta era de concentração da mídia, o jornalismo exige tanto apoio quanto crítica.
- (D) As revistas e jornais aprenderam a deter-se em intervalos regulares para oferecer a súpula, antes de noticiar o novo.
- (E) O jorro informativo sem os intervalos para a avaliação – fim do dia, da semana, do mês – perde o sentido.

06. As frases

Jornais e revistas

A obsessão pela instantaneidade sem o contrapeso da consistência,

Sabe-se o que acontece em qualquer parte do mundo, mas não

completam-se, correta e respectivamente, de acordo com a modalidade-padrão, em:

- (A) deteram-se em intervalos regulares. / somada a carga de frivolidades, anula as vantagens da mídia. / conhecem-se as consequências dos milhões de notícias.
- (B) detinham-se em intervalos regulares. / somada à carga de frivolidades, anula as vantagens da mídia. / se conhecem as consequências dos milhões de notícias.
- (C) deteem-se em intervalos regulares. / somada a carga de frivolidades, anula as vantagens da mídia. / se conhece as consequências dos milhões de notícias.
- (D) detêm-se em intervalos regulares. / somada com à carga de frivolidades, anula as vantagens da mídia. / conhecem-se as consequências dos milhões de notícias.
- (E) detiveram-se em intervalos regulares. / somada da carga de frivolidades, anula as vantagens da mídia. / conhecem-se as consequências de tantos milhões de notícias.

07. Assinale a alternativa em que as frases seguintes estão reescritas, de acordo com a modalidade-padrão.

A internet criou o fluxo contínuo do noticiário, tornou-o obrigatório.

O público jovem, que com ela se alimenta avidamente ...

- (A) As redes criaram os fluxos contínuos do noticiário, tornou-os obrigatórios. / Os públicos jovens, que dela se nutre avidamente, ...
- (B) A redes criaram os fluxos contínuos do noticiário, tornaram-lhes obrigatórios. / Os públicos jovens, que por ela se nutrem avidamente, ...
- (C) As redes criaram os fluxos contínuos do noticiário, tornaram-os obrigatório. / Os públicos jovens, que a ela se nutre avidamente, ...
- (D) As redes criaram os fluxos contínuos do noticiário, tornaram-nos obrigatórios. / Os públicos jovens, que dela se nutre avidamente, ...
- (E) As redes criaram os fluxos contínuos do noticiário, tornaram-nos obrigatórios. / Os públicos jovens, que dela se nutrem avidamente, ...

08. Assinale a alternativa em que ocorre antonímia no par de frases.

- (A) Ideologias que fomentavam a organização política de nações. / Ideologias que inibiam a organização política das nações.
- (B) Entre as antiquilhas, uma delas: o venerando jornalismo de qualidade. / Entre as antiquilhas, uma delas: o respeitável jornalismo de qualidade.
- (C) As dificuldades políticas, econômicas e ambientais, que se prenunciam, tornarão o jovem mais exigente. / As dificuldades políticas, econômicas e ambientais, que se vislumbram, tornarão o jovem mais exigente.
- (D) O público jovem, que com ela se alimenta avidamente ... / O público jovem, que com ela se alimenta sofregamente.
- (E) A internet criou o fluxo contínuo do noticiário. / A internet criou o fluxo ininterrupto do noticiário.

09. Assinale a alternativa que substitui, corretamente e sem alteração de sentido, os termos em destaque em:

A internet materializou-se *no momento em que* o culto à individualidade chegava ao ápice.

O bumerangue da urgência pode forçar a volta de algumas antiquilhas e uma *delas* é o venerando jornalismo de qualidade.

- (A) logo que / as quais
- (B) quando / das quais
- (C) sempre que / quais
- (D) assim que / nas quais
- (E) por mais que / as quais

Considere o trecho do poema *Motivo*, de Cecília Meireles, para responder à questão.

Eu canto porque o instante existe
e a minha vida está completa.
Não sou alegre nem sou triste:
sou poeta.

Sei que canto. E a canção é tudo.
Tem sangue eterno a asa ritmada.
E um dia sei que estarei mudo:
– mais nada.

10. O tema da instantaneidade, apresentado no poema,

- (A) dialoga com o utilitarismo de um tempo linear.
- (B) aceita a temporalidade vazia e efêmera do cotidiano da vida.
- (C) celebra a perenidade do instante que dignifica a existência.
- (D) exalta a poesia por adequar-se ao ritmo da vida moderna.
- (E) propõe viver intensamente o instante, já que se vai morrer.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. No que tange à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, o art. 5.º, inciso LXXI, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”, pode ser considerada norma de eficácia
- (A) plena, comportando apenas restrição de natureza processual.
 - (B) exaurida e aplicabilidade restringida.
 - (C) limitada e aplicabilidade diferida.
 - (D) relativa complementável, pois sua aplicação depende de regulamentação por lei ordinária.
 - (E) plena e aplicabilidade direta, imediata e integral.
12. A emenda à Constituição será promulgada
- (A) pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e publicada pelo Congresso Nacional.
 - (B) pelo Presidente da República, que deve obrigatoriamente participar do processo legislativo e publicada pelo Congresso Nacional.
 - (C) pelo Presidente da República e publicada pela Casa Civil da Presidência da República em conjunto com o Ministério da Justiça.
 - (D) pelo Presidente do Congresso Nacional, que determina sua publicação.
 - (E) pelo Presidente do Congresso Nacional após decorrido o prazo de quinze dias de silêncio do Presidente da República.
13. Nos Municípios, cabe à Lei Orgânica disciplinar a iniciativa popular, segundo os parâmetros estabelecidos pela Constituição, que estabelece
- (A) a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, por meio de manifestação de, pelo menos, 1% (um por cento) do eleitorado.
 - (B) a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, por meio de manifestação de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado.
 - (C) a iniciativa popular de projetos de lei de interesse nacional com reflexo e competência do Município, por meio de manifestação de, pelo menos, 1% (um por cento) do eleitorado.
 - (D) a iniciativa popular e as audiências públicas, apenas para matéria tributária, por meio de manifestação de, pelo menos, 1% (um por cento) do eleitorado.
 - (E) a iniciativa popular apenas para matéria tributária, por meio de manifestação de, pelo menos, três décimos dos eleitores.
14. Perderá o mandato o Deputado ou Senador
- (A) que sofrer condenação criminal por órgão colegiado, independentemente do trânsito em julgado.
 - (B) investido no cargo de Ministro de Estado.
 - (C) que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
 - (D) investido no cargo de Governador de Território.
 - (E) que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, mesmo em caso de licença ou missão diplomática.
15. A imunidade formal tem efeitos no que se refere à prisão e ao processo penal, sendo conceituada como o instituto que garante ao parlamentar a impossibilidade de ser ou permanecer preso. O texto constitucional de 1988 estabelece que
- (A) desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria absoluta de seus membros resolva sobre a prisão.
 - (B) desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria absoluta de seus membros resolva sobre a prisão.
 - (C) desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, mesmos após o trânsito em julgado da decisão criminal condenatória.
 - (D) desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros resolva sobre a prisão.
 - (E) desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, mesmos após o trânsito em julgado da decisão criminal condenatória.
16. Ao tratar da organização do Estado e da formação dos municípios, o texto constitucional prevê que
- (A) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal.
 - (B) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, entretanto, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a necessidade de lei complementar federal ofende à forma federativa do Estado brasileiro.
 - (C) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei complementar federal.
 - (D) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei complementar federal, entretanto, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a necessidade de lei complementar federal ofende à forma federativa do Estado brasileiro.
 - (E) a criação de Municípios far-se-á por lei complementar federal e a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual.

17. A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, via controle concentrado da constitucionalidade, pode se verificar
- (A) na ação direta de inconstitucionalidade julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) na representação de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça dos Estados.
 - (C) no mandado de segurança julgado pelo órgão especial dos Tribunais de Justiça.
 - (D) na ação direta de inconstitucionalidade por omissão julgada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) na arguição de descumprimento de preceito fundamental julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
18. Prefeito reeleito para um mesmo município, sendo inelegível para um terceiro mandato, transfere seu domicílio eleitoral para Município diverso, buscando afastar a inelegibilidade. Pode-se, com fundamento na interpretação constitucional, afirmar que
- (A) a inelegibilidade encontra-se afastada, vez que a vedação constitucional não alcança município diverso.
 - (B) a inelegibilidade encontra-se afastada, desde que respeitado o prazo de desincompatibilização.
 - (C) a inelegibilidade está configurada, não se admitindo terceiro mandato, mesmo na hipótese de município distinto.
 - (D) é possível a referida situação na medida em que o texto constitucional prevê expressamente a figura do Prefeito Itinerante.
 - (E) a inelegibilidade será afastada, desde que expressamente previsto na Lei Orgânica do Município, com fundamento no princípio da autonomia municipal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

19. Assinale a alternativa correta a respeito do controle da administração pública.
- (A) Os responsáveis pelo controle interno, em nível federal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (B) Um exemplo de controle *a posteriori* ocorre quando o Senado Federal autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios a contrair empréstimos externos.
 - (C) O controle judicial dos atos administrativos, por via de regra, é um tipo de controle concomitante ou também denominado de controle *a priori*.
 - (D) O controle de legalidade e legitimidade que incide sobre a compatibilidade entre o ato e o disposto na norma legal positivada, é exercido pelo Poder Judiciário, mas não pela própria Administração, em razão do interesse envolvido.
 - (E) O controle interno formal tem como objetivo a verificação da eficiência, da oportunidade, da conveniência e do resultado do ato controlado.

20. Pessoa jurídica de direito privado; atividades gerais “de caráter econômico” ou prestação de serviço público; lei autoriza sua instituição, a qual se dá a partir da inscrição do ato constitutivo ou do estatuto no registro civil; assume somente a forma de sociedade anônima, regida por estatuto social.

Essas são todas características das

- (A) autarquias.
 - (B) empresas públicas.
 - (C) fundações.
 - (D) sociedades de economia mista.
 - (E) agências reguladoras.
21. Assinale a alternativa correta a respeito da classificação dos serviços públicos.
- (A) A impressão de diários oficiais é um tipo de serviço público prestado pela Administração Pública pertencente à classificação de serviço social.
 - (B) Os serviços públicos próprios são aqueles que, atendendo a necessidades coletivas, o Estado assume como seus e os executa diretamente ou indiretamente.
 - (C) Na categoria de serviços *uti universi* entram determinados serviços comerciais, industriais e sociais do Estado, tais como energia elétrica, luz, gás, transportes, ensino e saúde.
 - (D) Os serviços públicos denominados de *uti singuli* são prestados à coletividade, mas usufruídos indiretamente pelos indivíduos.
 - (E) Os serviços *uti singuli* são remunerados por impostos e os serviços *uti universi* são remunerados por taxas.

22. Assinale a alternativa que contempla um exemplo de ato administrativo da espécie de atos enunciativos.

- (A) Autorização.
- (B) Licença.
- (C) Aprovação.
- (D) Permissão.
- (E) Parecer.

23. São atributos do poder de polícia:

- (A) legitimidade e moralidade.
- (B) legalidade e imperatividade.
- (C) discricionariedade e autoexecutoriedade.
- (D) vinculação e coercibilidade.
- (E) positividade e proporcionalidade.

24. Em uma licitação não apareceu nenhum interessado no certame. Um novo processo licitatório, nesse caso, seria prejudicial para a Administração Pública. Assim, a Lei de Licitações permite a contratação direta, sem nova licitação, desde que mantidas as condições constantes do instrumento convocatório. Essa situação caracteriza a denominada licitação
- (A) fracassada.
 (B) anormal.
 (C) justificada.
 (D) excepcional.
 (E) deserta.
25. Dentre as diversas peculiaridades dos contratos administrativos assinaladas pela doutrina, uma delas é a existência de cláusulas exorbitantes. Nesse sentido, é correto afirmar que a cláusula *rebus sic stantibus*
- (A) permite a revisão contratual quando algum acontecimento externo ao contrato, estranho à vontade das partes, imprevisível e inevitável, causa um desequilíbrio muito grande, tornando a execução do contrato excessivamente onerosa.
 (B) é consubstanciada no princípio da força obrigatória do contrato administrativo, segundo o qual as partes devem observar o estabelecido no contrato, obrigando-se pelo que foi legal e consensualmente estipulado.
 (C) é representada pela regra que autoriza a Administração exigir garantia nos contratos de obra, serviços e compras, que somente será devolvida ao contratado ao final do contrato devidamente cumprido.
 (D) é também conhecida pelo denominado “fato do príncipe”, que permite ao particular rever as cláusulas do contrato administrativo, a fim de reestabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro afetado por medida do poder contratante.
 (E) sofre restrições para ser invocada pelo contratado, tendo a sua aplicação atenuada em virtude do princípio da continuidade dos serviços públicos e da supremacia do interesse público sobre o interesse particular.
26. Berlamino Fontes, servidor público, exerce suas funções numa autarquia estadual e foi eleito para o cargo de vereador. Nessa situação, ao entrar em exercício no mandato eletivo, é correto afirmar que Berlamino
- (A) perderá, obrigatoriamente, as vantagens de seu cargo.
 (B) poderá manter as vantagens do seu cargo, mas com prejuízo da remuneração do cargo eletivo, independentemente se há ou não compatibilidade de horários.
 (C) poderá manter as vantagens do seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, independentemente se há ou não compatibilidade de horários.
 (D) será afastado do cargo se não houver compatibilidade de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 (E) não poderá manter o seu cargo, mesmo havendo compatibilidade de horários, em razão de ser funcionário da administração indireta estadual.
27. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro e o Código Civil de 2002.
- (A) Inexistindo disposição em sentido contrário, a *vacatio legis* é a mesma no território nacional e no estrangeiro.
 (B) Admite-se a repristinação no direito brasileiro, desde que haja expressa disposição restaurando a lei revogada.
 (C) A redução de prazos prescricionais pelo Código Civil de 2002 não interfere nos prazos iniciados durante a vigência do Código Civil de 1916, independentemente do tempo transcorrido até a data em que a lei nova entrou em vigor.
 (D) Em cumprimento à segurança jurídica, não se admite, no direito brasileiro, lei com vigência temporária.
 (E) No direito brasileiro, a revogação de lei depende de expressa declaração neste sentido, inadmitindo-se revogação tácita.
28. No que tange aos negócios jurídicos e contratos em geral, assinale a alternativa correta, considerando as disposições do Código Civil de 2002.
- (A) Para instituição de hipoteca sobre bem imóvel é imprescindível escritura pública, independentemente do valor do bem.
 (B) Nas declarações de vontade prevalece o sentido literal da linguagem sobre a intenção das partes.
 (C) A invalidade de um instrumento não implica na invalidade do negócio jurídico, sempre que este puder ser provado por outro meio.
 (D) O sistema brasileiro prevê plena e irrestrita liberdade de contratar, desde que o objeto seja lícito.
 (E) Não se admite contratos de adesão na relação cível diversa da relação de consumo.
29. De acordo com as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta acerca dos bens públicos, bem como o instituto da usucapião.
- (A) Apenas os bens de uso especial estão sujeitos à usucapião.
 (B) Apenas os bens dominicais estão sujeitos à usucapião.
 (C) Todos os bens públicos estão sujeitos à usucapião.
 (D) Apenas os bens de uso comum estão sujeitos à usucapião.
 (E) Nenhum bem público está sujeito à usucapião.
30. Assinale a alternativa correta acerca do instituto da solidariedade, entendido no contexto do direito das obrigações.
- (A) A solidariedade decorre da lei ou da vontade das partes, sendo presumida em determinados negócios jurídicos.
 (B) É lícito ao credor renunciar à solidariedade em favor de apenas um ou alguns dos devedores solidários.
 (C) A propositura de ação contra apenas um dos devedores solidários implica em renúncia à solidariedade.
 (D) Convertendo-se a obrigação em perdas e danos, cessa a solidariedade ativa.
 (E) Na solidariedade ativa, falecendo um dos credores, cada herdeiro tem o direito de exigir a obrigação por inteiro, seja ela divisível ou não.

31. Sobre o direito real de servidão, é correto afirmar que

- (A) sua constituição independe de registro no cartório de registro de imóveis.
- (B) não se admite que o dono do prédio serviente modifique o local da servidão, ainda que não traga prejuízo ao prédio dominante.
- (C) seu cancelamento independe de anuência do credor hipotecário, quando este ônus gravar o prédio dominante, ainda que a servidão esteja mencionada no título hipotecário.
- (D) o desuso não é causa de extinção do direito real.
- (E) pode ser adquirido por meio da usucapião, quando se tratar de servidão aparente.

32. Assinale a alternativa correta, com relação ao contrato de locação, de acordo com o Código Civil de 2002.

- (A) Havendo alienação do bem enquanto vigente a locação, e sendo omissa o contrato de locação com relação a esta hipótese, o adquirente não fica obrigado a respeitar o contrato.
- (B) Se o locatário utilizar o bem de forma diversa da ajustada, poderá o locador exigir perdas e danos, mas não poderá rescindir o contrato.
- (C) Na locação por tempo determinado, o locador deve notificar o locatário com até 30 (trinta) dias de antecedência do fim do prazo, sob pena de prorrogação por prazo indeterminado.
- (D) Notificado o locatário para devolver o bem, se não devolvê-lo, estará sujeito ao pagamento do aluguel em dobro e prisão civil.
- (E) Deteriorando-se a coisa alugada, durante a locação e sem culpa do locatário, este poderá requerer a resolução do contrato, mas não a redução proporcional do aluguel.

33. Acerca da responsabilidade civil de indenizar e suas particularidades, é correto afirmar que

- (A) a apuração dos fatos no juízo criminal não é hipótese hábil a impedir o curso da prescrição civil.
- (B) a indenização é apurada de acordo com a extensão do dano, não se considerando a gravidade da culpa e a participação da vítima no evento.
- (C) a prisão por queixa ou denúncia falsa não gera pretensão indenizatória ao ofendido, ressalvadas as consequências criminais ao denunciante.
- (D) a indenização por injúria, difamação ou calúnia poderá ser fixada tomando-se por critério a equidade.
- (E) a autoria e a materialidade podem ser rediscutidas no juízo cível, ainda que já decididas no juízo criminal, em razão da independência de responsabilidades em cada uma das esferas.

DIREITO DO CONSUMIDOR

34. Entre os direitos básicos dos consumidores (artigo 6.º), está a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. O termo hipossuficiência significa a

- (A) vulnerabilidade técnica processual.
- (B) verossimilhança das alegações do consumidor diante de um dado conflito nascido de relações de consumo.
- (C) impossibilidade de acesso ao judiciário.
- (D) inferioridade socioeconômica do consumidor em face do fornecedor.
- (E) obrigatoriedade do juiz da causa inverter o ônus da prova.

35. São direitos básicos do consumidor a

- (A) modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações injustas ou sua revisão em razão de fatos preexistentes que as tornem onerosas.
- (B) prevenção de danos extrapatrimoniais individuais.
- (C) participação e consulta na formulação das políticas que o afete diretamente.
- (D) educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços.
- (E) proteção da vida e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos derivados de recursos naturais disponíveis.

36. Sobre a responsabilidade por danos causados aos consumidores em razão da prestação de serviços defeituosos prevista no artigo 14 da Lei n.º 8.078/90, afirma-se que

- (A) as eximentes do caso fortuito e da força maior atuam como excludentes de responsabilidade do prestador de serviços.
- (B) essa responsabilidade não se estende a órgãos públicos, no caso, aos entes administrativos centralizados ou descentralizados.
- (C) os profissionais liberais serão responsabilizados por danos independentemente da verificação da ocorrência de culpa.
- (D) a responsabilidade do fornecedor de serviços depende da extensão da culpa.
- (E) a responsabilidade se aperfeiçoa mediante o concurso de dois pressupostos, a saber: defeito do serviço e evento danoso.

37. O Código de Defesa do Consumidor, quando prevê os elementos que compõem a relação de consumo, estabelece, de forma precisa e completa, que:
- (A) consumidor é toda pessoa física que adquire produto como destinatário final.
 - (B) equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
 - (C) fornecedor é toda pessoa física e privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de criação de produtos.
 - (D) produto é bem móvel, material e imaterial.
 - (E) serviço é atividade fornecida no mercado de consumo, independentemente de remuneração, incluindo-se as de natureza securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38. Assinale e alternativa correta a respeito do litisconsórcio.
- (A) Os atos de disposição do direito por um dos litisconsortes, sem o consentimento dos demais, são plenamente ineficazes.
 - (B) O recurso interposto por um dos litisconsortes não aproveita aos demais.
 - (C) A nulidade decorrente da ausência de litisconsorte necessário se convalida com o trânsito em julgado da sentença, não podendo ser objeto de ação rescisória ou anulatória.
 - (D) Em regra, os litisconsortes são considerados, em suas relações com a parte adversa, como um único litigante.
 - (E) A mera afinidade de questões, por um ponto comum de direito, é bastante para justificar a formação de litisconsórcio.
39. Sobre a concessão de liminar de reintegração ou de manutenção de posse, nas ações possessórias de procedimento especial previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) não pode ser negada pelo juiz, sob o argumento de carência de prova da posse, sem que seja designada audiência de justificação.
 - (B) poderá ser concedida contra as pessoas jurídicas de direito público sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
 - (C) a audiência de justificação se realiza, em regra, sem a presença do réu, haja vista ocorrer antes da citação.
 - (D) o deferimento da liminar depende da demonstração de *fumus boni juris* e de *periculum in mora*.
 - (E) é vedado ao juiz exigir a prestação de caução pelo autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse por força de liminar.

40. Na hipótese de cessão de crédito em execução, para a sucessão processual do cedente pelo cessionário, no polo ativo da demanda, a concordância da parte contrária
- (A) é irrelevante, salvo nos casos de precatórios alimentares já expedidos em favor do cedente.
 - (B) é imprescindível, porquanto incide a regra da *perpetuatio legitimationis*.
 - (C) é imprescindível, devendo ser instaurado incidente de habilitação do cessionário, com a citação dos interessados.
 - (D) é irrelevante, pois a execução possui regra especial a respeito, não incidindo a regra aplicável ao processo de conhecimento.
 - (E) é imprescindível, salvo nas hipóteses de execução de títulos ao portador.
41. Consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a chamada exceção de pré-executividade
- (A) não enseja a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, quando dela resultar a extinção apenas parcial da execução.
 - (B) não é cabível no cumprimento de sentença, porquanto a impugnação ao cumprimento de sentença não exige prévia garantia do juízo.
 - (C) não admite dilação probatória, mas pode ser apresentada a qualquer tempo e grau de jurisdição.
 - (D) possibilita ao devedor produzir prova oral dos fatos nos quais ampara sua defesa, desde que se trate de questão de ordem pública.
 - (E) deve ser apresentada no prazo de 15 dias, contados da citação do executado, sob pena de preclusão.
42. Sobre o processo cautelar, previsto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- (A) na cautelar de protesto, o requerido poderá apresentar defesa ou contraprotesto nos autos, no prazo de 5 dias.
 - (B) se por qualquer motivo cessar a eficácia da medida cautelar, é defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento.
 - (C) não se admite a juntada de documentos em cautelar de justificação, porquanto se trata de medida voltada à produção de prova oral.
 - (D) cessa a eficácia da medida cautelar não executada no prazo de 15 dias, contados da publicação da decisão que a conceder.
 - (E) o não ajuizamento da ação principal, no prazo previsto em lei, acarreta a perda da eficácia da liminar, mas não a extinção do processo cautelar.

43. A respeito da purgação da mora, nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, tal como prevista na Lei de Locação de Imóveis Urbanos, assinale a alternativa correta.
- (A) O depósito de purgação da mora deve ser realizado no prazo de 15 dias, contados da citação do locatário.
 - (B) Uma vez efetuada a purgação da mora, não depositado o valor integral da dívida, não se admite futura complementação do depósito para esse mesmo fim.
 - (C) Com o depósito do valor da dívida, dos acessórios, multas, custas e despesas processuais, fica o devedor isento do pagamento dos honorários advocatícios, que não integram o valor devido para purgação da mora.
 - (D) O depósito de purgação da mora deve ser realizado até o término do prazo para que o locatário apresente contestação, isto é, a data da audiência de conciliação.
 - (E) Não se admitirá a purgação da mora se o locatário já houver utilizado desse direito nos 30 meses imediatamente anteriores à propositura da ação.
44. Na hipótese de sentença disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico em 06.02.2014 (quinta-feira), o termo final do prazo para a Fazenda Pública apresentar embargos de declaração, considerando que na Comarca em questão somente não houve expediente forense nos finais de semana, teria ocorrido em:
- (A) 11.02.2014 (terça-feira).
 - (B) 12.02.2014 (quarta-feira).
 - (C) 14.02.2014 (sexta-feira).
 - (D) 19.02.2014 (quarta-feira).
 - (E) 25.02.2014 (terça-feira).
45. Assinale a alternativa que encontra fundamento na lei que rege o procedimento da execução fiscal.
- (A) No processo de falência, em situações excepcionais, poderá ser judicialmente autorizada a alienação de determinados bens, sem a prova de quitação da Dívida Ativa ou a concordância da Fazenda Pública.
 - (B) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados, antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos.
 - (C) Caso não sejam oferecidos os embargos, a Fazenda Pública não poderá se manifestar sobre a garantia da execução.
 - (D) Na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no juízo deprecante, que os remeterá ao juízo deprecado, para instrução e julgamento.
 - (E) A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos, mas a prática de atos judiciais de seu interesse dependerá de preparo ou prévio depósito.
46. Acerca da medida cautelar fiscal, é correto afirmar que
- (A) o juiz a concederá liminarmente, mediante justificação prévia por parte da Fazenda Pública.
 - (B) sua decretação produzirá, de imediato, a indisponibilidade de todos os bens do requerido, independentemente do valor da obrigação.
 - (C) não caberá recurso do despacho que a conceder liminarmente.
 - (D) se, por qualquer dos motivos previstos na lei que rege o procedimento, cessar a eficácia da medida, é permitido à Fazenda Pública repetir o pedido pelo mesmo fundamento.
 - (E) se a execução judicial estiver em Tribunal, a medida será requerida ao relator do recurso.
47. Segundo a lei que disciplina o mandado de segurança, é correto afirmar que:
- (A) o mandado de segurança poderá ser concedido quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
 - (B) o mandado de segurança poderá ser concedido quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
 - (C) da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação.
 - (D) a sentença ou o acórdão que denegar o mandado de segurança, sem discutir o mérito, impedirá que o requerente, ainda que por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
 - (E) das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais, quando a ordem for denegada, cabe recurso especial.

48. De acordo com o Sistema Constitucional Tributário Brasileiro, o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária, que disponha, dentre outras hipóteses previstas na Constituição Federal, sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, é matéria que cabe

- (A) à lei complementar.
- (B) à lei ordinária.
- (C) aos decretos regulamentadores.
- (D) à resolução do Senado Federal.
- (E) às instruções normativas da Receita Federal.

49. O imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital. Essa situação, conforme determinada pela Constituição Federal, caracteriza hipótese de

- (A) isenção.
- (B) remissão.
- (C) imunidade.
- (D) anistia.
- (E) dação.

50. No que respeita ao crédito tributário na falência, assinale a alternativa correta.

- (A) O crédito tributário não prefere aos créditos extracursais, nos termos da lei falimentar.
- (B) O crédito tributário prefere às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar.
- (C) O crédito tributário prefere aos créditos com garantia real, no limite do bem gravado.
- (D) A multa tributária não prefere aos créditos subordinados.
- (E) A multa tributária prefere apenas aos créditos quirográficos.

51. Suspende a exigibilidade do crédito tributário

- (A) a impetração de mandado de segurança.
- (B) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- (C) o pedido de concessão de tutela antecipada em sede de ação anulatória de lançamento tributário.
- (D) o pedido de liminar em ação cautelar.
- (E) a propositura de ação anulatória de lançamento tributário.

52. Acerca da responsabilidade tributária, é correto afirmar que são pessoalmente responsáveis, por imposição legal,

- (A) o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada essa responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.
- (B) os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- (C) os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.
- (D) os tutores, pelos tributos devidos por seus tutelados.
- (E) os tabeliães, escrivães e demais serventuários, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles, em razão do seu ofício.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

53. O princípio da primazia da realidade

- (A) não pode ser invocado pelo empregado para legitimar a contratação, sem observância do concurso público, por órgão da Administração Pública.
- (B) não se aplica em desfavor dos órgãos da Administração Pública.
- (C) aplica-se em desfavor dos órgãos da Administração Pública em toda sua plenitude.
- (D) pode legitimar a contratação de empregado por órgão da Administração Pública, independentemente da realização do concurso público.
- (E) não subsiste quando se trata de empregado bem posicionado na estrutura hierárquica do empregador.

54. A confirmação da gravidez da empregada

- (A) é irrelevante, do ponto de vista trabalhista, quando se trata de contrato por prazo determinado.
- (B) acarreta a estabilidade provisória mesmo quando verificada durante o período de aviso prévio.
- (C) desautoriza o pedido de demissão, tendo em vista o princípio da irrenunciabilidade.
- (D) inviabiliza a despedida da empregada, salvo se houver justa causa devidamente apurada em inquérito judicial para apuração de falta grave.
- (E) depende de comunicação ao empregador para que surta os efeitos da estabilidade provisória destinada à gestante.

55. Ao adolescente permite-se trabalhar
- (A) em atividade insalubre, desde que utilize os equipamentos de proteção individual e esteja autorizado pela Superintendência Regional do Trabalho.
 - (B) em atividade perigosa, apenas nos contratos de aprendizagem, mediante supervisão adequada.
 - (C) em atividade insalubre ou perigosa, desde que autorizado pelos pais ou responsável.
 - (D) em jornada prorrogada apenas mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, e também no caso de força maior.
 - (E) em mais de uma empresa, mediante autorização dos pais ou responsável, desde que não supere 12 horas de trabalho na totalidade.
56. Integram a remuneração do empregado
- (A) as gratificações, ajudas de custo e abonos pagos pelo empregador.
 - (B) as ajudas de custo, abonos pagos pelo empregador e adicional de insalubridade.
 - (C) os abonos pagos pelo empregador, adicional de insalubridade e adicional de transferência.
 - (D) o adicional de insalubridade, adicional de transferência e participações nos lucros ou resultados.
 - (E) o adicional de transferência, participações nos lucros ou resultados e prêmios de produtividade.
57. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as demandas que decorrem da relação de trabalho,
- (A) exceto quando o contratante for órgão da Administração Pública.
 - (B) abrangidos os órgãos da Administração Pública direta, independentemente do regime de contratação.
 - (C) abrangidos os órgãos da administração pública indireta, independentemente do regime de contratação.
 - (D) exceto quando se tratar de órgão da Administração Pública direta ou indireta.
 - (E) exceto quando o regime de contratação for o estatutário ou de caráter jurídico-administrativo.
58. Contra a decisão proferida nos embargos à execução, perante a Justiça do Trabalho, a Fazenda Pública poderá interpor
- (A) agravo de instrumento, no prazo de 20 dias.
 - (B) agravo de petição, no prazo de 16 dias.
 - (C) agravo de petição, no prazo de 30 dias.
 - (D) agravo de instrumento, no prazo de 16 dias.
 - (E) recurso ordinário, no prazo de 16 dias.
59. A demanda trabalhista, em face da Fazenda Pública, cujo valor não excede 40 salários-mínimos,
- (A) não está sujeita ao procedimento sumaríssimo.
 - (B) está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, na hipótese de condenação da reclamada.
 - (C) inviabiliza a oitiva de três testemunhas pelo reclamante.
 - (D) pode ter o relatório da sentença dispensado pelo magistrado.
 - (E) não está sujeita a recurso ordinário.
60. Sobre a ação rescisória na Justiça do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) o pronunciamento explícito exigido diz respeito, necessariamente, ao dispositivo legal tido por violado.
 - (B) não se considera pronunciada explicitamente a matéria quando, mediante análise da remessa de ofício, o tribunal simplesmente confirma a sentença.
 - (C) é absoluta a exigência de pronunciamento explícito na ação rescisória, ainda que tenha por fundamento a violação de dispositivo legal.
 - (D) é indispensável ao processamento da ação rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda.
 - (E) a comprovação do trânsito em julgado da decisão rescindenda pode ser dispensada na hipótese de sentença meramente homologatória.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

61. Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional, nos termos do quanto determina o art. 5.º, §1.º do CP, as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como
- (A) as aeronaves oficiais de chefes de Estado estrangeiro que estejam pousadas em solo nacional.
 - (B) as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
 - (C) as áreas de embaixadas e consulados brasileiros, além das residências particulares de diplomatas instalados em países que mantêm relações de amizade com o Brasil.
 - (D) as embarcações e aeronaves de guerra estrangeiras, desde que estacionadas em nosso mar territorial ou desde que sobrevoando o espaço aéreo correspondente ao território nacional.
 - (E) as embarcações mercantes e de propriedade privada, seja qual for sua bandeira, desde que estejam estacionadas ou em trânsito em área de mar internacional próxima ao mar territorial do Brasil.

62. De acordo com o art. 8.º do CP, a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas, desde que as penas digam respeito
- (A) ao mesmo crime.
 - (B) a crimes da mesma espécie.
 - (C) a condenações não transitadas em julgado.
 - (D) a crimes que não sejam classificados como atentatórios à dignidade da pessoa humana.
 - (E) a crimes que não estejam inseridos no rol daqueles que, por convenção ou tratado internacional, o Brasil tenha se obrigado a combater.
63. O crime, em conformidade com o art. 14 do CP, é tentado quando, iniciada a execução,
- (A) o agente é preso em flagrante e, consumado, quando o resultado naturalístico previsto no tipo penal se realiza.
 - (B) o agente é preso em flagrante e, consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
 - (C) não se consuma por vontade do agente e, consumado, quando o resultado naturalístico previsto no tipo penal se realiza.
 - (D) o agente desiste de prosseguir na execução e, consumado, quando o resultado naturalístico previsto no tipo penal se realiza.
 - (E) não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente e, consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
64. CP, art. 30: quando se verifica o concurso de pessoas em matéria penal, não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal,
- (A) salvo nos crimes contra a Administração Pública.
 - (B) salvo no caso de extinção da punibilidade.
 - (C) salvo nos crimes contra a Fé Pública.
 - (D) salvo quando elementares do crime.
 - (E) em hipótese alguma.
65. O crime de incêndio, do *caput* do art. 250 do CP, tem expressa previsão de aumento de pena de um terço se o incêndio
- (A) ocorre durante o repouso noturno.
 - (B) causa interrupção dos serviços públicos de água, luz, gás ou telefonia.
 - (C) é praticado por vingança ou com o fim de receber indenização securitária.
 - (D) resulta em comoção social, como grande número de feridos ou desalojados.
 - (E) é em edifício público ou destinado a uso público ou a obra de assistência social ou de cultura.
66. De acordo com a norma do art. 24, §2.º do CPP, todo crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, processar-se-á por meio de ação penal
- (A) pública.
 - (B) pública, condicionada a requisição.
 - (C) pública, condicionada a representação.
 - (D) incondicionada.
 - (E) privada subsidiária da pública.
67. De acordo exclusivamente com a norma do art. 221 do CPP, os vereadores, quando forem intimados na qualidade de testemunha,
- (A) serão inquiridos em dia e hora previamente ajustados.
 - (B) serão normalmente ouvidos, sem qualquer privilégio ou condição diferenciada.
 - (C) gozarão dos mesmos privilégios dos Deputados das Assembleias Legislativas Estaduais.
 - (D) serão normalmente ouvidos, sem qualquer privilégio, com exceção do Presidente da Câmara, que será inquirido em local, dia e hora previamente ajustados.
 - (E) poderão optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhes serão transmitidas por ofício.
68. No que concerne ao pagamento da pena de multa, dispõe o art. 687 do CPP que o juiz poderá, desde que o condenado o requeira e se as circunstâncias justificarem essa prorrogação,
- (A) prorrogar o prazo do pagamento em, no máximo, 6 (seis) meses.
 - (B) substituir o pagamento por pena de prestação de serviços à comunidade ou limitação de fim de semana.
 - (C) permitir que o pagamento se faça em parcelas mensais, no prazo que fixar, mediante caução real ou fidejussória, quando necessário.
 - (D) prorrogar indefinidamente o prazo para pagamento, até que ao condenado sobrevenha condição financeira compatível com o desembolso do valor estipulado.
 - (E) declarar cumprida a pena, mesmo sem pagamento, se sobrevier ao condenado doença grave ou sério problema de saúde, ainda que não tenham relação com a infração penal.

**DIREITO FINANCEIRO,
LEGISLAÇÃO FEDERAL E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

69. Nos termos do Estatuto dos Servidores Municipais de São José dos Campos, os benefícios da previdência social do servidor compreendem, quanto ao dependente,
- (A) pensão vitalícia e temporária e auxílio-reclusão.
 - (B) licença por doença profissional e pensão vitalícia e temporária.
 - (C) salário-família e auxílio-reclusão.
 - (D) salário-família e pensão vitalícia e temporária.
 - (E) licença por doença profissional e salário-família.
70. _____, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- Nos termos da Lei n.º 10.257/2001, completa corretamente a lacuna a expressão
- (A) O estatuto das cidades
 - (B) O plano regional de desenvolvimento urbano e social
 - (C) O plano diretor
 - (D) O planejamento das regiões metropolitanas
 - (E) O planejamento das aglomerações urbanas
71. “Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”. A definição corresponde, nos termos da Lei n.º 4.320/1964, ao conceito de
- (A) ordem de pagamento da despesa.
 - (B) empenho da despesa.
 - (C) nota de empenho da despesa.
 - (D) liquidação da despesa.
 - (E) despesa sem prévio empenho.
72. Determina a Lei Complementar n.º 101/2000 que, para fins de atendimento ao disposto na Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, conforme especifica. Com relação aos Municípios, esse percentual é fixado em
- (A) 70%.
 - (B) 60%.
 - (C) 50%.
 - (D) 40%.
 - (E) 30%.
73. Para a alienação de bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, a modalidade de licitação cabível é
- (A) concorrência ou leilão.
 - (B) concorrência ou tomada de preços.
 - (C) concorrência ou pregão.
 - (D) tomada de preços ou leilão.
 - (E) tomada de preços ou pregão.
74. Nos termos da Lei n.º 8.666/93, na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural, com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica,
- (A) é discricionariamente dispensável ou inexigível a licitação.
 - (B) é inexigível a licitação.
 - (C) é dispensável a licitação.
 - (D) depende de prévia licitação, em qualquer caso.
 - (E) depende de prévia licitação na modalidade convite.
75. Conforme prescreve a Lei n.º 8.666/93, vários são os motivos ensejadores da rescisão unilateral do contrato administrativo por parte do Poder Público. Em qual hipótese será o contratado ressarcido dos prejuízos que houver sofrido?
- (A) Dissolução da sociedade civil.
 - (B) Decretação da falência do contratado ou instauração de insolvência civil.
 - (C) Atraso imotivado na entrega da obra.
 - (D) Inadimplemento de cláusulas contratuais.
 - (E) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento.
76. Com vistas no que dispõe a Lei n.º 10.257/2001, assinale a alternativa correta.
- (A) Compete aos Municípios legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.
 - (B) Constitui um instrumento da política urbana, dentre outros, o planejamento municipal, em especial, o zoneamento ambiental.
 - (C) O proprietário urbano não poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno.
 - (D) O direito de preempção não poderá ser exercido pelo Poder Público no caso de constituição de reserva fundiária.
 - (E) O plano diretor não poderá fixar áreas permitidas de alteração do uso do solo.

77. As disposições contidas na Lei Complementar nº. 101/2000 obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) Na União está compreendida a obrigação do Poder Legislativo, neste abrangido o Tribunal de Contas.
 - (B) Na União está compreendida a obrigação do Poder Judiciário, salvo o Ministério Público.
 - (C) Nas obrigações dos Estados não se entendem consideradas as do Distrito Federal.
 - (D) Os Tribunais de Contas dos Municípios, quando houver, não estão incluídos nas obrigações previstas na referida Lei Complementar.
 - (E) As Empresas Estatais e as Fundações da administração direta não estão incluídas nas obrigações previstas na referida Lei Complementar.
78. Conforme prescreve a Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, a Câmara Municipal delibera sobre assuntos de sua economia interna mediante
- (A) avisos.
 - (B) circulares.
 - (C) portarias.
 - (D) resoluções.
 - (E) leis complementares.
79. Assinale a alternativa que está de acordo com os ditames da Lei Orgânica do Município de São José dos Campos.
- (A) As sessões da Câmara Municipal poderão ser públicas ou privadas.
 - (B) As sessões da Câmara Municipal só poderão ser abertas com a presença da maioria absoluta de seus membros.
 - (C) O Presidente da Câmara ou seu substituto terá voto quando houver empate em qualquer votação do Plenário.
 - (D) A convocação extraordinária da Câmara Municipal não será possível no período de recesso.
 - (E) Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal poderá deliberar sobre matéria diversa para a qual foi convocada.
80. Em relação às responsabilidades e penalidades previstas na Lei Complementar n.º 56/1992, pode-se afirmar como correto que
- (A) as sanções civis e administrativas não poderão acumular-se, sendo dependentes entre si.
 - (B) a responsabilidade civil administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
 - (C) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
 - (D) O servidor que se recusar a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente será punido com a pena de advertência.
 - (E) Verificada em processo disciplinar acumulação proibida, mesmo que essa seja de boa fé, o servidor será demitido.

